

A INDUÇÃO ESTADUNIDENSE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E AS QUESTÕES RACIAIS NA AMÉRICA LATINA

THE UNITED STATES INDUCTION OF KNOWLEDGE AND RACIAL ISSUES IN LATIN AMERICA

Roni Machado Moraes Jardim (CEPPAC/UnB); Martin-Léon-Jacques de Ibáñez de Novion (CEPPAC/UnB) –
raoni.mmj@gmail.com, jacquesnovion@unb.br

Resumo: A produção de conhecimento sobre as questões raciais devem ser cuidadosamente analisadas sob a luz da atuação de atores transnacionais de caráter neoliberal, uma vez que suscitam reflexões sobre as dinâmicas estruturais de exclusão social e sobre as atuais estratégias de dominação destes atores sobre a região. O artigo a seguir se utiliza do trabalho de Bourdieu e Wacquant, "Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista" (2002), para: a) problematizar a influência do neoliberalismo nas ciências sociais latino-americanas; b) colocar sob perspectiva crítica o olhar "estrangeiro" destes mesmos autores pelas distorções apresentadas sobre o quadro racial brasileiro.

Palavras-chave: Imperialismo estadunidense; questões raciais; ciências sociais.

Abstract: The production of knowledge about racial issues must be carefully analysed in the light of transnational actors of neoliberal character since they arouse reflections about structural dynamics of social exclusion and about actual strategies of those actors to the region. The article hereinafter make reference to Bourdieu and Wacquant, in "On the Cunning of Imperialist Reason" (2002), as it is interested in: a) problematize the neoliberalism's influence in latin american social sciences; b) put on critical perspective the foreign view of these same authors by the distortions made of the brazilian racial condition.

Keywords: north-american imperialism, racial issues, social sciences



INTRODUÇÃO

O texto de Pierre Bourdieu e Loic Wacquant, *Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista* (2002), apresenta uma forte crítica a atual universalização das formas de abordagens, teorias e metodologias associadas às particularidades sociais da sociedade e das universidades estadunidense operadas por uma extensa rede de atores transnacionais de caráter neoliberal. E estende, num segundo momento, essa análise crítica sobre o etnocentrismo estadunidense dentro das academias e centros

de pesquisa ao debate em torno de raça e identidade, especialmente quando os Estados Unidos é tomado como referência para análise de países mais complexos quanto à classificação racial e étnica, como o Brasil.

O texto causou grande repercussão, gerando artigos em sua resposta, seja para defesa do papel de agências e fundações de origem estadunidense que financiam estudos sobre raça e identidade na América Latina, seja para a crítica ao quadro racial que os autores traçam para o Brasil.

Nos parece válido analiticamente separar esses dois "tópicos" do texto, na medida em

que percebemos que a análise que Bourdieu e Wacquant fazem sobre a nocividade da penetração de atores estadunidense transnacionais de caráter neoliberal dentro da academia, especialmente interessados em produzir conhecimento sobre os chamados “grupos historicamente marginalizados”, é de grande relevância e pode ser reforçada por outros estudos de autores latino-americanos. Por outro lado, também seria válido reforçar a crítica sobre certa miopia destes autores sobre a realidade e dinâmica racial brasileira. Além dos autores latino-americanos utilizados no primeiro tópico, foco predominante do trabalho, utilizaremos, ao final do trabalho, os artigos de Telles (2002) e Hanchard (2002) para pontuar argumentos contra e a favor ao artigo de Bourdieu e Wacquant.

A INDUÇÃO ESTADUNIDENSE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO LATINO-AMERICANO

Num primeiro momento, nos interessa apresentar a crítica feita por Bourdieu e Wacquant (2002) ao imperialismo cultural estadunidense, endossando-a a partir de autores latino-americanos. O argumento central dessa crítica corresponde a atual universalização e naturalização de formas de abordagens, teorias e metodologias associadas às particularidades sociais e das universidades dos Estados Unidos para produção de conhecimento sobre outros países, e que terminam por se reproduzir internamente a estes.

A estratégia de dominação cultural, segundo Bourdieu e Wacquant (2002), encontra a sua estrutura na realidade em uma extensa rede de atores transnacionais, compostas por conselhos editoriais de livros, revistas, organizadores de colóquios,

organismos internacionais, fundações que financiam pesquisas e centros de estudos e assessoria para políticas públicas. Esta rede, gozando de legitimidade científica e institucional, termina por servir como instâncias para difusão mundial do referencial estadunidense para pesquisa em diversos âmbitos das Ciências Sociais e, conseqüentemente, para a sua naturalização, acarretando “[...] teses com as quais se argumenta, mas sobre as quais não se argumenta” (p.15).

Não é de hoje que esse tipo de atuação ocorre como parte dos projetos de dominação mundial. A partir da citação acima, podemos recuperar uma análise histórica sobre a indução da produção de conhecimento e sua naturalização por meio do processo de atribuição de legitimidade, como parte da estratégia de dominação, seja entre nações, entre segmentos ou classes, desde os incipientes processos de colonização. A suposta veracidade das narrativas nacionais “oficiais”, associadas à também suposta imparcialidade dos métodos científicos sempre estiveram presentes como parte essencial da luta pelo poder material e simbólico, que se moveu ao longo da história moderna, seja em sua versão colonial, protagonizada pelos países europeus, ou imperialista, protagonizadas pelos Estados Unidos.

Stavenhagem (2001), Quijano (2000), Ribeiro (2002), Velho (2009) e Barbero (2006) são exemplos de autores latino-americanos, dentre muitos outros, que trazem análises sócio-históricas sobre a constituição das narrativas oficiais dos estados nacionais latino-americanos, ressaltando a influência de uma elite colonizadora, inicialmente estrangeira e posteriormente nacional, sobre as dinâmicas sociais dessas nações e sobre a constituição das subjetividades de seus habitantes.

Estas elites sempre encontraram na imposição de linguagens e na naturalização de conceitos e modos de compreensão da realidade uma estratégia fundamental para legitimar sua posição de superioridade diante dos nativos que habitavam estes países, suprimindo e renegando saberes e outros modos de vida, sendo esta estratégia fundamental para consolidar a opressão desses povos autóctones.

A passagem da hegemonia mundial europeia para a estadunidense é iniciada no início do século XIX, quando os Estados Unidos implementam a sua estratégia para demarcar áreas onde pudessem exercer a sua influência econômica¹, sendo a comunidade latino-americana um constante alvo de atuação². Dentre os diversos momentos dessa influência, nos interessa chamar a atenção para o período iniciado em meados dos anos de 1970, denominado "reestruturação democrática" quando, antecédidos pela aliança entre as elites políticas e militares norte-americanas e as elites dos países latino-americanos, se deu a implementação dos regimes ditatoriais, chegando-se à estruturação do neoliberalismo na região. O Consenso de Washington, operacionalizado por instituições como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial – BM, o Banco Interamericano de Desenvolvimento

– BID, a Organização Mundial de Comércio – OMC e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, concretiza definitivamente a influência estadunidense sobre a região. O êxito desse projeto, em sua plena expressão, pode ser visto durante as décadas de 1980 e 1990, quando é estreitada a parceria entre as elites latino-americanas e estadunidense, agora política e empresarial, consolidando a hegemonia mundial desta última nação até os tempos atuais, agora sob o signo do neoliberalismo, configurando aquilo que Casanova (2007) chamou de Colonialismo Interno³.

O efeito desse momento teve impacto em distintos âmbitos das sociedades latino-americanas e sob a vida dos seus cidadãos. Com relação à produção de conhecimento, nosso foco aqui, as universidades dessa comunidade sofreram um novo regime de produção que consistiu em limitar a autonomia dos recursos financeiros de que dispunham as universidades, levando-as a recorrer a fontes externas, como o BM, o FMI e o BID. Por um lado essa limitação financeira permitiu que estes grandes expoentes do sistema neoliberal transnacional, como contrapartida de seus empréstimos, estabelecessem projetos específicos de investigação que deveriam responder a problemas, teorias, hipóteses, metodologia e linguagens. Por outro, houve redução da

1 Um primeiro passo para implementação do chamado imperialismo norte-americano foi o afastamento da presença de capitais e produtos europeus nos países americanos recém-independentes e prejudicados pela herança colonial (fragmentação política, poder local nas mãos da aristocracia e permanência de estruturas típicas da colonização exploratória).

2 De forma geral, podemos determinar alguns desses momentos: a) Panamericanismo – Diplomacia do Dólar/ Política do Garrote (1889/1890 a aproximadamente 1930); b) Interamericanismo – Política da boa vizinhança (aproximadamente 1930 à 1945/1948); c) Interamericanismo – Contrainsurgência (1945/48 a 1959/1961/1962); d) Aliança para o progresso

– Anticomunismo (aproximadamente 1959 a 1989/1991) e) Neoliberalismo – Política "anti-narcoterrorismo" (1989/1991 até hoje em dia)

3 Esse breve recorrido histórico de dominação europeia e posteriormente norte-americana dos países latino-americanos nos remete ao termo "colonialismo interno", consolidado por Pablo Gonzáles Casanova (2007), definido como sendo o fenômeno de conquista em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro de um Estado colonizador, e depois do Estado que adquire uma independência formal, submetidos ao processo de "recolonização" através do capitalismo neoliberal (CASANOVA, 2007, p. 3).

remuneração básica dos professores a um piso mínimo para, a partir daí, outorgar seletivamente complementos salariais em função dos critérios de produtividade acadêmica, medida pela quantidade de publicações em revistas de grande circulação e pelo número de citação de autores de grande referência, ou seja, que são bastante citados e que publicam naquelas revistas de grande circulação, encerrando um ciclo restrito e autorreferente de atribuição de prestígio e remuneração. Borón (2005) definiu essas medidas de “contra-reforma universitária”.

Essas medidas não visam senão a intenção daquele imperialismo cultural norte-americano e neoliberal de naturalizar e tornar irreconhecíveis os particularismos não só sociais daquela sociedade, mas também os metodológicos, teóricos e de intervenção na realidade. Assim, muito frequentemente, as reflexões sobre os problemas de alguma perspectiva social, histórica ou ideológica de países latino-americanos tomam como o modelo, parâmetro ou ideal, o referencial norte-americano.

O Banco Mundial é um importante agente nesse processo de consolidação do imperialismo cultural norte-americano, tendo destaque especialmente no desenvolvimento de diretrizes educacionais para a diversidade cultural em países latino-americanos. Apesar da diferença de posições entre os expertos dessa instituição, os elementos inspiradores de suas recomendações em matéria de política educativa relacionadas à diversidade cultural e às políticas de equidade giram em torno da rentabilidade da educação, da aplicação da relação custo/benefício e da intervenção por meio de programas focalizados e compensatórios. Domenech (2007) realiza um importante estudo sobre a atuação do Banco Mundial nas diretrizes educacionais de países latino-americanos:

“Al BM le interesa la “etnicidad” o la “cultura” en la medida em que pueden construir o no un obstáculo para el desarrollo económico y la reducción de la pobreza” (DOMENECH, 2007, p. 73).

Ao longo da exposição do autor fica claro que o Banco Mundial adere à teoria do capital humano, no sentido de conceber a educação como sendo um investimento que os indivíduos fazem para aumentar a sua produtividade pessoal e, conseqüentemente, seu status ocupacional para melhor se posicionar no mercado, sugerindo que a superação de condições estruturais de desigualdade através da educação depende unicamente do esforço individual.

Os documentos “*Prioridades e Estratégias para la Educación*” e “*La Educación em América Latina y el Caribe*”, ambos formulados por esta instituição, deixam claro a sua vocação e o seu interesse em levar adiante um determinado projeto político-ideológico, contando, para tanto, com seu poder de influência, fruto do papel que a prestação de créditos lhe outorga; com sua “*expertise*” na produção e sistematização de conhecimentos, bem como na atribuição de legitimidade a essa sistematização; e com a sua extensa rede de vínculos com organismos de governos, instituições acadêmicas, centros de investigação, organizações da sociedade civil, setor privado e os meios de comunicação. A sua parceria com o FMI, OMC, o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos e suas alianças estratégicas com organismos como as Nações Unidas – UNESCO e UNICEF – e outras a nível regional, como o BID, resultam vitais para compreender seu avance no terreno da educação e cultura, fato comprovado por sua posição de principal fonte de financiamento externo para esses setores nos países de economias “dependentes”.

Mas, como nos alertam Bourdieu e Wacquant (2002), as estratégias de indução e de produção de conhecimento por parte desses atores não se restringem à atuação em lócus, dentro da academia, e tampouco são operadas apenas pelas grandes instituições de financiamento mundial. Contam, mais bem, com toda uma rede de atores que vão de simples colóquios à organismos internacionais, tais como a OCDE ou a Comissão Europeia, e os centros de estudos e assessoria para políticas públicas, tal como o *Adam Smith Institute* e a *Fondation Saint-Simon*.

Aprofundando a denúncia dessa estrutura feita pelos autores, seria importante destacar o papel de importantes centros de pesquisa de caráter neoliberal, também definidos como *think tanks*⁴, para estabelecimento do imperialismo cultural norte-americano na América Latina. Mato (2007) é um dos autores latino-americanos que mais atenção dedicou ao estudo das chamadas redes de atores transnacionais de caráter neoliberal e sua influência na indução da produção de conhecimento acadêmico e científico. As suas pesquisas sobre a

atuação de *think tanks* em países latino-americanos evidenciam o grau de articulação e penetração da ideologia neoliberal nas universidades dessa região.

Supostamente preocupados com as “ameaças” do Estado de Bem-estar e o marxismo, os *think tanks* vislumbraram a criação de institutos de estudos públicos para renovar as ideias dos intelectuais, professores e jornalistas, através de investigações, conferências, seminários e publicações. Para eles, estas pessoas eram as principais geradoras de opinião pública e os políticos fariam o que a opinião pública lhe cobrasse fazer. Desta maneira, surgiram os principais centros de pensamento neoliberais, dentro os quais Mato (2007) destaca o Institute of Economics Affairs, inaugurado em 1955, em Londres, e a *Atlas Economic Research Foundation*, inaugurado em 1981, com sede em Washington, sendo que esta última dá apoio à dezesseis instituições latinoamericanas⁵. O autor destaca ainda a forte atuação da *Fundación Internacional para la Libertad* (FIL)⁶ na América Latina. Os discursos dessa instituição quanto ao seu contexto de surgimento e missão,

4 Expressão surgida na língua inglesa pouco depois da Segunda Guerra Mundial, e depois expandida a outras regiões do mundo. Comumente se traduz como usina de pensamento. Em princípio, se referia a centros caracterizados como de direita ou liberais, mas na atualidade seu uso e aplicações se diversificaram. “Actualmente, la idea se utiliza de manera amplia para hacer referencia a centros de investigación y promoción de ideas y políticas multidisciplinares, política y/o socialmente influyentes, con buenos recursos financieros”. (MATO, 2007, p. 20).

5 A Atlas Economic Fundation está ligada às seguintes instituições: Na Argentina: Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas (ESEADE), Fundación Libertad e Fundación República para una Nueva Generación; No Brasil: O Instituto Liberal; No Chile: Libertad y Desarrollo; Na Colômbia: Fundación Desarrollo y Libertad (DL); Na Costa Rica: Asociación Nacional de Fomento Económico, Instituto para la Libertad y el Análisis de Políticas; No Equador: Instituto Ecuatoriano de Economía Política; Na Guatemala: Centro de Estudios en Educación y Economía, Instituto Cultural Ludwig von Mises; No Perú: Centro de Investigaciones y Estudios Legales, Instituto Libertad y Democracia e Instituto de Libre Empresa; Na Venezuela: Centro de Divulgación del Conocimiento Económico (CEDICE).

6 A FIL está integrada pelos seguintes membros: Personalidades pertencentes a algumas das mais prestigiosas instituições de pensamento norte-americanas (Cato Institute, The Heritage Foundation, The Manhattan Institute e Atlas Economic Research Foundation), pelos principais institutos de políticas públicas iberoamericana (Fundación Libertad de Argentina, Instituto Atlántico de Brasil, Instituto de Políticas Públicas de Ecuador, CEDI-CE de Venezuela), pela Fundación Iberoamérica Europa de España (FIE), assim como por destacadas personalidades do mundo acadêmico, empresarial e intelectual tanto da União Europeia, Iberoamérica, como da Espanha e Europa. (Fundación Internacional para la Libertad, acesso em 26 de setembro de 2004, apud MATO, 2007b, p. 33).

bem como do momento político mundial a ser “combatido”, não deixam espaços para dúvidas sobre o seu conservadorismo diante dos avanços sociais na América Latina, a defesa do individualismo e a centralidade do mercado, enfim, sobre a defesa do neoliberalismo como modelo socioeconômico para esta região.

Outros atores, como os comitês editoriais dos jornais norte-americanos e, em menor medida europeus, também tem um peso pronunciado na produção de conhecimentos produzidos sobre a América Latina. Borón (2005) cita o estudo de Russel Jacoby para exemplificar as prioridades de prestigiosas revistas acadêmicas estadunidenses. Ao analisar a revista *American Sociological Review* (ASR), uma das mais conceituadas na área da Sociologia, verificou que dentre os artigos publicados entre 1936 e 1982, época marcadas por acontecimentos mundiais, apenas 5% dos artigos se dedicavam a estes temas, enquanto o assunto de maior aprovação pelo conselho editorial era o processo pelo qual se construíram casais em todas as suas variantes – heterossexuais, homossexuais, transexuais – nos Estados

Unidos. Ainda sobre o estudo de Jacoby, Borón (2005) destaca que, durante a década de 1960, de um total de 924 artigos das três principais revistas de Ciências Políticas estadunidenses, apenas um abordava o tema da pobreza, três tratavam da crise urbana e apenas um se preocupou em analisar a Guerra do Vietnam.

O foco dos estudos, a metodologia e as teorias utilizadas para compreensão dos fenômenos e dinâmicas sociais muitas vezes são mediados por conceitos-chave. Diversos autores latino-americanos apontam a manipulação desses conceitos que, ao ganharem outros significados, terminam por servir de conduto para maior efetivação da mensagem ideológica neoliberal. Borón (2005) destaca o conceito de “cidadão”, “nação”, “ideologia”⁷; Costilla (2005), por sua vez, problematiza a própria utilização do termo “democracia” durante o atual momento da América Latina e do termo “globalização”⁸; Bourdieu e Wacquant (2002) também problematizam a utilização dos termos “multiculturalismo”⁹, “flexibilidade” (ou sua versão britânica, a “empregabilidade”)¹⁰, “*Minority*”¹¹ e

7 Estes termos, segundo o autor, estão caindo em desuso progressivamente e vêm sendo substituídos por termos como “cliente” ou “consumidor”, “mercado” e por “opinião pública”, respectivamente.

8 Este termo é problematizado como significante de um fenômeno positivo, homogêneo e que aproxima as pessoas, gerando uma maior união planetária, sendo que para a América Latina esse fenômeno tem significado a inserção subalternizada dos países dessa comunidade dentro do regime econômico do neoliberalismo, evidenciando como a globalização significa coisas diferentes para o grande capital transnacionalizado, para os trabalhadores, para a pequena e média indústria, para quem pode concentrar a renda nacional e para quem passa a ser excluído permanente-mente pela redução do emprego ou pela falência da produção.

9 Segundo Bourdieu e Wacquant (2002), sobre o termo “multiculturalismo”: “[...] perdendo o seu sentido europeu, referente ao “pluralismo cultural na esfera cívica”, passa a se referir no contexto estadunidense às “[...] sequelas perenes da exclusão dos negros e a crise da mitologia nacional do “sonho americano”” (p.16). Assim, a exclusividade de um “registro étnico” que esse termo ganhou dentro das universidades terminaria por ocultar a sua principal questão: “[...] o acesso aos instrumentos de (re)produção das classes média e superior – na primeira fila das quais figura a universidade – em um contexto de descompromisso maciço e multiforme do Estado” (p.16)

10 Para Bourdieu e Wacquant (2002) esses termos, pelo fato de condensarem ou veicularem uma verdadeira filosofia do indivíduo e da organização social, adaptam-se perfeitamente para funcionar como verdadeiras palavras de ordem políticas (no caso concreto: “menos Estado”, redução da cobertura social e aceitação da generalização da precariedade salarial como uma fatalidade, inclusive, um benefício)

11 Pressupõe aquilo mesmo cuja existência real ou possível deveria ser demonstrada, a saber: categorias recortadas no seio de determinado Estado-nação a partir de traços “culturais” ou “étnicos” têm, enquanto tais, o desejo e o direito de exigir um reconhecimento cívico e político. No entanto, nos esclarecem os autores, as formas sob as quais os indivíduos procuram fazer reconhecer sua existência e seu pertencimento pelo Estado variam segundo os lugares e os momentos em função das tradições históricas e constituem sempre um motivo de lutas na história.

"Underclass"¹².

Mas talvez a mais problemática e relevante superação do sentido original de um termo dentro das Ciências Sociais se refira a "classe" – inclusive enquanto dimensão analítica –, especialmente nos países latino-americanos, caracterizados por desigualdades e concentrações de renda crônicas.

Um primeiro risco que esta superação pode gerar é a dificuldade de visualização de demandas crônicas compartilhadas por segmentos da população e, logo, a desmobilização de potenciais lutas coletivas em torno de fatores socioeconômicos. Svampa (2008) acusa a substituição conceitual de "classe" e/ou "luta social", sem a devida problematização, por termos como "atores" ou "protesto social", acarretando "[...] la naturalización de un análisis de los procesos de cambio desde la sola óptica de la descomposición social, suele minimizar – o en el límite, negar – las brechas que pueden abrirse desde la acción colectiva" (apud STRATTA Y BARRERA, 2009, p. 130).

Outro risco fundamental que o "esquecimento" desta dimensão analítica acarreta é que oculta o fato de que enquanto houver propriedade privada sobre os meios de produção, haverá uma classe

trabalhadora, assim como uma classe dos primeiros. Sobre esta implicação, Grüner (2008) nos diz:

para que un horizonte verdaderamente desapareciera y pudiera, por lo tanto, ser sustituido por otro – tendría que demostrarse que ha desaparecido la época entera para la que fue concebido. Por ende: tendría que demostrarse que ha desaparecido el capitalismo (p.25).

Há ainda um outro risco, esse já bem difundido e consolidado entre alguns intelectuais (ou acadêmicos), que se refere à tentativa de forjar uma dicotomia entre as classes sociais e as "identidades", ou entre os "velhos movimentos sociais" e os "novos movimentos sociais"¹³. Grüner (2008) nos questiona que, ainda que seja evidente que existam identidades – digamos a racial ou a sexual – que em sua origem são completamente independentes dos processos econômicos o sócio-políticos, "¿quién podría seriamente sostener que el desarrollo de la lucha de clases no tiene influencia sobre la situación de los negros o de las mujeres?" (p.34).

Estes são exemplos que nos alertam para a efetividade e impacto da estratégia adotada por atores representantes do neoliberalismo no que diz respeito à (re)significação de termos e conceitos e à sua

12 Os autores nos esclarecem que esta noção surgiu na Europa nos anos de 1960 para designar o processo de marginalização dos segmentos inferiores da classe operária dos países ricos para criticar a ideologia do aburguesamento generalizado das sociedades capitalistas (MYRDAL, 1963, apud BOURDIEU; WACQUANT, 2002). Atualmente os europeus, buscando se engajar nessa discussão, ouvem falar de "classe" e acreditam fazer referência a uma nova posição na estrutura do espaço social urbano, enquanto os norte-americanos ouvem falar de "under" e pensam em uma cambada de pobres perigosos e imorais, tudo isso sob uma óptica deliberadamente vitoriana e racista. Essa "cambada" a qual os autores se referem – beneficiários da assistência social, desempregados crônicos, mães solteiras, famílias monoparentais, rejeitados do sistema escolar, criminosos e membros de gangues, drogados e sem teto, quando não são todos os habitantes do gueto sem distinção – deveriam sua inclusão nessa categoria ao fato de que são percebidas como "desmentidos vivos do "sonho americano" de sucesso individual" (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 25).

13 Muitos autores de grande relevância abordam o tema da necessária complementariedade, especialmente para América Latina, entre as análises dos atores sociais centradas na dimensão sócio-econômica e as centradas na dimensão identitária. Ver Gohn (1997), Touraine (1989), Laclau (1983), Santos (2001), Sherer-Warren e Krischke (1987), Laranjeras (1990), Alvarez (1989) e Calderón (1987).

difusão por toda a sociedade.

Ianni (2002), ao falar da produção de conhecimento sobre a realidade latino-americana, nos diz que a própria análise que descreve, compreende, explica ou nomeia, participa decisivamente da constituição do objeto.

A atuação dessa série de atores no âmbito educacional exemplifica bem a utilização do multiculturalismo¹⁴ enquanto elemento teórico e ideológico que vem associado ao cenário histórico do pós-modernismo¹⁵ e do neoliberalismo¹⁶, especialmente quando busca-se analisar e intervir, desde países desenvolvidos, em realidades de “populações historicamente marginalizadas”.

Segundo Grüner (2008), esta ideologia multiculturalista é uma forma de racismo negada, que afirma que tolera a identidade do outro e que substitue as meta-narrativas por uma história-em-fragmentos, “renunciando casi por completo a toda preocupação por las articulaciones histórico-sociales o político-económicas de los procesos culturales” (GRÜNER, 2008, p. 76).

Sobre a combinação do pós-modernismo com o neoliberalismo dentro da academia, mais especificamente dentro das Ciências Sociais, podemos perceber, como bem aponta Borón (2005), que este último instaurou o que o autor chama de “reducionismo economicista”, sendo

significante de análises que privilegiam fatores causais isolados de fundo econômico como os únicos fazedores da história. Essa lente de análise histórico-social termina por estabelecer também o chamado “individualismo metodológico” que, entre outras coisas, consagra a desaparecimento dos atores coletivos. Sob estas duas perspectivas teóricas e ideológicas, a sociedade torna-se um difícil objeto de reflexão crítica, especialmente quando existe uma proposta de transformação.

Um exemplo concreto do impacto dessas correntes ideológicas e teóricas dentro das Ciências Sociais é percebida quando analisamos o desenvolvimento dos Estudos Culturais, tal como nos apresenta Zizej, Jameson e Gruner (2008) e os próprios Bourdieu e Wacquant (2002). Essa sedutora imagem forjada para os “produtos” oriundos dessa grife chamada “*Cultural Studies*” seria consumida pelo mundo afora, segundo estes últimos autores, servindo de canal para o imperialismo simbólico, cultural e cognitivo emanado dos Estados Unidos. Uma das estratégias para isso seria a utilização de intelectuais progressistas (ou “de cor”, no caso da desigualdade racial), pouco suspeitos, aparentemente, de promover os interesses hegemônicos desse país.

14 Adotamos aqui a utilização deste termo que se refere, de maneira ambiciosa ou ambigua, à associação transnacional entre as culturas de duas ou mais nações (PAYNE, 2008, p. 480). Buscamos fazer uma leitura crítica da utilização desta ideologia a partir do momento em que sua utilização tem como finalidade a aproximação de atores hegemônicos com atores nacionais de base, sendo esta utilização unilateral e com fins de dominação. Seguimos a leitura crítica feita por Zizej, Jameson e Gruner (2008).

15 Adotamos uma visão contrária à que concebe este como um período histórico posterior ao modernismo, ao estruturalismo, às classes sociais e aos horizontes que buscam articular as particularidades dos fenômenos sociais às complexidades dos contextos em que estão inseridos.

16 O neoliberalismo pode ser visto para além do campo econômico, como uma corrente ideológica que resulta da reestruturação do capitalismo, desde os últimos 50 anos, e que chega a influenciar a filosofia, as identidades, a construção de conhecimento, enfim, a visão de mundo. Associa- da ao pós-modernismo abre caminho para a naturalização dessa doutrina como o único e inevitável modelo dentro da evolução socioeconômica do mundo contemporâneo.

O DEBATE ÉTNICO-RACIAL ENTRE BOURDIEU E WACQUANT (2002), TELLES (2002) E HANCHARD (2002)

A percepção trazida pelos autores quanto às estratégias multiculturalistas e o cenário histórico em que se desenvolve atualmente servem para rebater as críticas feitas por Telles (2002) e Hanchard (2002) ao artigo Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista (2002), especificamente quanto a defesa que fazem das fundações estadunidenses no Brasil, dentro dos estudos voltados para raça e identidade.

Apesar de não ter sido alvo específico do artigo, nem mesmo a Fundação Ford o foi, sendo citada pontualmente ao longo da crítica sobre a atuação dessa natureza de instituição dentro da academia e, especificamente nos estudos sobre raça no Brasil, Telles (2002) toma defesa desta fundação a partir do seu conhecimento sobre esta instituição. O seu artigo se inicia pela argumentação de que esta fundação é a maior fonte de aporte financeiro das organizações do movimento negro no Brasil e também a maior fonte de apoio filantrópico para pesquisas sobre relações raciais. Hanchard (2002) se soma a esta crítica ao dizer que estes aportes financeiros incrementam o trabalho acadêmico, a presença de brasileiros negros e mulatos nos programas de pesquisa de pós-graduação em Ciências Sociais e Humanidades, além de promover a proliferação de Organizações Não-Governamentais e atores que defendem causas relativas aos direitos humanos e

têm preocupações que afetam os negros e mulatos brasileiros¹⁷.

Como vimos no caso do Banco Mundial – principal investidor no âmbito educacional de países de economia dependente –, o volume de financiamento não seria uma razão de defesa dessa fundação com relação à crítica feita pelos autores. Ao contrário, o alto grau de investimento pode significar maior poder de indução da produção de conhecimento, uma vez que, para a distribuição de recursos, pode-se impor determinados parâmetros, metodologias, teorias e referenciais para a pesquisa a ser realizada, tal como exposto anteriormente por Borón (2005) em sua explicação sobre o funcionamento da chamada “contrarreforma universitária”. Tampouco a presença de negros e mulatos nessas fundações, como vimos nas exposições críticas ao multiculturalismo trazidas pelo próprio Bourdieu e Wacquant (2002), garantiria que a sua produção de conhecimento seja isenta de críticas quanto à questão racial ou imposição de um modelo externo de análise.

Telles (2002) segue a sua defesa da Fundação Ford dizendo que esta, nos últimos 20 anos, elaborou o seu programa sobre o tema de raça no Brasil de forma colaborativa com o movimento negro e seus aliados acadêmicos e ativistas. Ressalta, também, que a escolha por aprofundar os trabalhos e aportes financeiros no tema de raça vem principalmente dos responsáveis pelos escritórios locais – escolhidos pelo alto escalão desta fundação em diálogo com os “nativos das regiões em que estão trabalhando” (p.147)¹⁸.

17 Atuou como responsável pelo Programa de Direitos Humanos do escritório da Fundação Ford no Rio de Janeiro do começo de 1997 até o final de 2000, e como consultor dessa Fundação desde 1995.

18 “[...] embora estes consultem os já agraciados com dotações, os experts locais e colegas espalhados por todo mundo, incluindo os nativos das regiões em que estão trabalhando, norte-americanos e outros [...] Atualmente, por exemplo, o escritório brasileiro da Ford é comandado por um representante naturalizado brasileiro, de origem britânica, e dois dos quatro responsáveis por programas são brasileiros. Quase metade dos representantes e responsáveis por programas são nativos da região com a qual estão trabalhando. O escritório de Nova York atualmente emprega latinos, africanos, indianos e pessoas vindas do Oriente Médio, incluindo teóricos altamente respeitados destas regiões, que estão em altas posições.” (TELLES, 2002, p. 147).

A partir da exposição feita acima sobre a utilização do multiculturalismo pelos atores representantes do neoliberalismo dentro da academia, como estratégia para aproximação de atores de base com fins de dominação, as defesas de Telles (2002), além de perderem força, ganham contornos ainda mais claro dentro da crítica feita por Gruner (2008), Jameson (2008) e pelos próprios Bourdieu e Wacquant (2002). Estes autores denunciam a utilização das lutas políticas de novos movimentos sociais e de intelectuais progressistas (ou “de cor”, no caso da desigualdade racial) para promoção dos interesses hegemônicos do neoliberalismo. Assim, não seria a inclusão de pessoas “nativas” ou a construção colaborativa de programas com o movimento negro no Brasil – antes seria necessário descrever como se deu essa colaboração e o que está sendo chamado de “movimento negro” – a condição para neutralizar as críticas de Bourdieu e Wacquant sobre a nocividade dessa natureza de atuação, especialmente quanto à imposição de um referencial externo para o estudo de raça no Brasil.

Sobre a imposição das particularidades sócio-raciais estadunidenses aos centros de pesquisa e universidades brasileiras, operadas por grandes fundações estadunidenses de filantropia, Telles (2002) argumenta que o debate acadêmico sobre raça no Brasil é “[...] independente e se insere no contexto de uma comunidade acadêmica vibrante, sofisticada e autônoma” (p.149-150). Como vimos, os estudos e pesquisas realizadas por autores latino-americanos sobre a penetração de grandes representantes do imperialismo cultural e

neoliberal norte-americano advogam contra esta defesa.

Este autor, em seguida, ainda contestando essa influência estadunidense sobre o Brasil no tema racial, nos diz que esta influência nada teria a ver como o fato de se publicar em inglês, argumentando que não se lembra, para além de um livro de Florestan Fernandes traduzido para o inglês em 1969, de nenhum outro que tenha sido publicado em inglês.

Nesse ponto nos parece haver uma confusão analítica por parte de Telles (2002). As críticas sobre a hegemonia desse idioma dentro da academia, fato que nos parece incontestável, ocorreriam não só pela publicação em inglês de obras brasileiras, mas também pelas leituras e aplicações feitas por brasileiros de produções em inglês e que utilizam o contexto social norte-americano como referência sobre o tema racial.

A crítica de Bourdieu e Wacquant, não abordada por Telles, se refere, ainda, à internacionalização da atividade editorial universitária e ao desaparecimento da fronteira entre atividade editorial universitária e editoras comerciais¹⁹, o que contribuiria para encorajar a circulação de termos, temas e conceitos, e sua penetração no ensino universitários, tendo o potencial até mesmo de induzir campos disciplinares, como os *Cultural Studies*, tema já exposto.

Telles (2002) argumenta sobre o contexto brasileiro de formação e produção que:

“[...] profissionais e estudantes de universidades contam com um suporte financeiro relativamente bom e o governo brasileiro, principalmente através do CNPq apoia a maioria destas pesquisas. A maior parte é treinada no Brasil, mas muitos fizeram

19 Cita o exemplo da grande editora Basil Blackwell, que “[...] não hesita em impor a seus autores determinados títulos em consonância com esse novo senso comum planetário para a instalação do qual ela tem dado sua contribuição sob pretexto de repercuti-lo [...] Em caso de reticência demasiado grande por parte dos autores, Basil Blackwell está em condições de pretender que um título atraente é o único meio de evitar um preço de venda elevado que, de qualquer modo, liquidaria o livro em questão” (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 22).

pós-graduação em países tão diferentes como os Estados Unidos, a França, a Holanda e a Alemanha. Muitos destes pesquisadores encontram-se ao menos uma vez ao ano nas reuniões da Anpocs, que abriga os principais programas de pós-graduação em Ciências Sociais e na qual há pouca paciência para ortodoxias ou simplificações, e tampouco para o pensamento dominante nos Estados Unidos, para o marxismo vulgar ou para um tipo de pensamento liado à ideia de democracia racial." (p. 150).

Evitando entrar no mérito sobre as fontes utilizadas para as afirmações sobre os países buscados pelos estudantes brasileiros de pós-graduação, o caráter ideológico que permeia os referidos encontros, ou mesmo o que é definido como um bom suporte financeiro oferecido pelo CNPq, nos restaria ainda problematizar, dentro de uma visão mais macro, a realidade em que estão inseridos os estudantes, pesquisadores e instituições como o CNPq. Nos referimos aos critérios existentes para atribuição de prestígio e, logo, incentivo financeiro direto ou indireto. Segundo Mato (2013) e Borón (2005), busca-se normatizar, delimitar e controlar as produções intelectuais em termos da sua produtividade, medida por indicadores tais como a quantidade de publicações em revistas acadêmicas – principalmente as revistas de circulação global, a quantidade de citações em suas obras, entre outras. Estes são os indicadores, chamados também de "estímulo à produção", geralmente originário das ciências "duras", pelos quais uma obra é considerada "importante" e pelo qual se distribui recursos para os autores, no caso de um novo projeto, ou para publicação de uma obra, no caso de uma produção já feita. Não é surpresa que o próprio CNPq, a CAPES e os institutos de pesquisa utilizam esses mesmos critérios para ranqueamento dos currículos, por exemplo, e que as seleções para consultores e cargos

de pesquisador em centros de pesquisa, seja governamental ou não, os considerem também. Ainda de acordo com Mato (2013), seja por necessidades financeiras ou pelo "status" que proporciona, ingressam neste círculo fechado muitos autores latino-americanos que, em princípio, não compartilhavam desta lógica, terminando por participar, ativa ou passivamente, do estabelecimento e legitimação desse sistema de estímulo à produção.

Assim, sobre a nocividade da atuação dessa natureza de instituição de caráter neoliberal, alinhadas aos interesses de dominação cultural norte-americanos, nos parece que as críticas de Bourdieu e Wacquant (2002) são pertinentes e devem ser aprofundadas, mais do que contestadas, pelos intelectuais engajados nas lutas sociais – nesse caso racial – no Brasil e na América Latina.

No entanto, algumas críticas feitas por Telles (2002) e Hanchard (2002) ao texto de Bourdieu e Wacquant (2002) tem sua relevância, especialmente quando da tentativa desses dois últimos autores de definir o quadro racial no Brasil.

Bourdieu e Wacquant (2002) criticam a adoção dos estudos estadunidense sobre raça e identidade, calcado na dicotomia entre brancos e negros, por realidades por vezes mais complexas, com outras variáveis e contextos históricos, como no caso do Brasil. Por trás dessa "utilização arbitrária" da dicotomia racial, estaria, segundo os autores, a intenção de produzir pesquisas que atestem que o Brasil não é menos "racista" que outros países, apesar de sua própria população não ter essa imagem. Mais do que isso, estas pesquisas esforçam-se em provar que o racismo no Brasil, mascarado pelo mito da democracia racial, seria mais perverso, já que dissimulado e negado. Além disso, a atuação de pesquisadores

norte-americanos no Brasil teria, muitas vezes, a intenção de influenciar lideranças do movimento negro a adotar as táticas do movimento afro-americano de defesa dos direitos civis.

Para esses autores, no Brasil a identidade racial seria definida por um “continuum” de cor.

Para defender essa visão sobre uma suposta maior igualdade racial no Brasil diante dos EUA e diante dos estudos que buscam inverter essa ideia, os autores, resumidamente, apresentam as seguintes argumentações: os índices de segregação racial das cidades brasileiras são nitidamente inferiores aos das metrópoles estadunidenses; a ausência virtual de duas formas tipicamente estadunidenses de violência racial, sejam elas o linchamento e a motim urbano corresponderia a um quadro de menor violência racial no Brasil; no Brasil ocorre um continuum de cor que gera mais categorias raciais e isso poderia significar uma menor dicotomia entre brancos e negros; e, por fim, a sociedade brasileira não tem a autoimagem do seu país como racista.

Os argumentos utilizados pelos autores são problemáticos. Iniciando pelo “índice de segregação racial”, a convivência entre brancos e negros em um mesmo território, até mesmo em ambientes privados, não assegura a inexistência de formas de racismo. Muitos são os estudos sobre os chamados preconceitos e discriminações “invisíveis”, que permeiam as relações intersubjetivas, seja no mundo profissional, pessoal ou na própria relação do estado com os segmentos populacionais. A própria dimensão de classe atestaria o racismo crônico, refletido na distribuição de renda, condições de vida e justiça social no Brasil. Sobre as formas de violência, além das já citadas acima, que se relacionam às injustiças oriundas da efetivação de direitos

e tratamentos desiguais de cidadãos, uma breve olhada no mapa da violência (<http://www.mapadaviolencia.org.br/>) traria uma noção da “coloração dos homicídios” no Brasil, por exemplo, o que deixa claro o racismo neste país, apesar de um índice de segregação racial inferior ao dos EUA.

Sobre a ausência de linchamentos e motim urbano contra negros no Brasil, nos parece que seria preciso analisar os contextos e modalidades de violência mais característica em cada país para, posteriormente, traçar os paralelos comparativos e conclusões sobre o “grau” de violência racial nesse país.

Assistimos nos últimos meses no Brasil casos de morte por espancamento de jovens negros em locais públicos, sendo que o último de grande repercussão, o jovem estava amarrado a um poste – o que nos remete à imagem do mastro utilizado pelos senhores de engenho e seus capatazes para punir os escravos diante dos demais. Difícil conceber uma forma de violência racial mais brutal.

Mais próximo dos motins urbanos, poderíamos citar as manifestações em bairros ricos das grandes cidades brasileiras contra a circulação de transporte público nessas regiões. Considerando que o transporte público é utilizado especialmente pelos pobres e que a questão socioeconômica no Brasil guarda um próximo paralelo com a questão racial, estas manifestações podem ser vistas como a defesa de certo *apartheid* racial. Podemos, ainda, ressaltar no Brasil as diversas chacinas que ocorrem em bairros pobres e que acarretam como vítimas, em sua grande maioria, jovens negros; as abordagens policiais e erros de julgamentos influenciados pela cor da pele; os racismos verbais que permeiam o cotidiano; as expressões explícitas de racismo no entretenimento de massa; os movimentos xenófobos e neonazistas, especialmente na

região sul e sudeste e contra nordestinos. Logo, não seria a inexistência dessas formas de violência característica dos EUA – que, inclusive, se assemelham a algumas das formas existentes no Brasil – que atestaria um menor grau de racismo no Brasil.

Se por um lado a existência de um número maior de categorias raciais e o chamado *continuum* de cor podem atestar a crítica quanto a imposição de um modelo dicotômico para os estudos de raça no Brasil, não podem, por outro lado, atestar o menor grau de racismo, como vimos anteriormente – no máximo o complexifica.

Por fim, contra o argumento de que a população brasileira não se enxerga como uma sociedade racista, é preciso reconhecer que a denúncia social e as ações de prevenção e punição têm resultado em uma maior vigilância social. Estes fatores, positivos a nosso ver, têm gerado a consciência sobre a profundidade e complexidade do racismo no Brasil e não sobre a sua brandura.

Diante das contra-argumentações apresentadas acima, as críticas de Telles (2002) sobre o artigo de Bourdieu e Wacquant ganham relevância. Inicialmente, em sua defesa, o autor afirma ter sido:

“[...] o primeiro a observar a celebração brasileira da miscigenação como sendo oposta à herança segregacionista América tinha profundas implicações para estabelecer padrões distintos de sociabilidade inter-racial, tal como aferida na segregação residencial, no casamento inter-racial e nas amizades, como no desenvolvimento de uma classe média negra e de movimentos anti-racistas” (TELLES, 1999, apud TELLES, 2002, p. 148).

Por esta razão, Telles afirma que os autores não deviam aferir que no Brasil o racismo seja menor do que nos EUA, já que suas pesquisas atestam que as manifestações de um racismo pernicioso no Brasil seriam simplesmente diferentes.

Outro ponto importante da argumentação de Telles (2002) se refere à denúncia de Bourdieu e Wacquant com relação à atuação da Fundação Rockefeller, que financiaria um programa sobre “Raça e Etnicidade”, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (e sua revista Estudos Afro-Asiáticos) da Universidade Cândido Mendes, impondo, para a obtenção de seu patrocínio, a condição de que as equipes de pesquisa obedecessem aos critérios de affirmative action à maneira estadunidense, baseada na dicotomia branco/negro de aplicação. Telles (2002) afirma que o próprio diretor do programa de apoio desta fundação na UFRJ assegurou que eles nunca exigiram a implementação de qualquer programa de ação afirmativa e que houve um único programa dedicado à questão de raça financiado pelo Fundação Rockefeller, que contou, inclusive, com a presença de Wacquant como bolsista. Telles (2002) esclarece, ainda, que o apoio ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos, nos últimos 20 anos, tem sido patrocinado principalmente pela Fundação Ford e não pela Rockefeller. Sobre estes pontos, não nos cabe defesa de um ou outro lado, já que não temos a devida propriedade sobre a atuação da Fundação Rockefeller no Brasil.

As críticas de Hanchard (2002), também como parte da sua defesa aos ataques feitos por Bourdieu e Wacquant (2002) ao seu trabalho, são pertinentes. Este autor problematiza a negação, por parte destes últimos, da agência intelectual dos movimentos negros norte-americanos e brasileiros quanto às estratégias imperialista e sua utilização pelos Estados-nacionais. Segundo Hanchard (2002), os autores, tomando como realidade a correspondência entre as populações desses países e a cultura nacional, sendo esta, ainda, correspondente

a um Estado nacional, suporiam uma fixidez territorial e cultural do movimento negro no Brasil e nos EUA e sua correspondência ao Estado. Essa visão, que ignora a diversidade de visões que as populações nacionais têm sobre "raça" e a transnacionalidade política do movimento por direito civis nos EUA e o Movimento Negro no Brasil, seria incapaz de identificar e reconhecer formas de cultura e política não correspondentes à política partidária, nacionalista e sindicalista classista, ao mesmo tempo em que geraria a oposição binária "nós" e "eles", sendo estes últimos correspondentes aos "vilões". Toda esta crítica de Hanchard termina por apontar a uma contradição por parte de Bourdieu e Wacquant: estes autores estariam, ao aplicar essa visão homogeneizadora e estática sobre os movimentos de raça no Brasil e nos EUA, implicados com a própria crítica que fazem, no sentido de lançar uma visão estigmatizante, típica do modelo colonial – nesse caso francês –, com relação ao seu imperialismo cultural, sobre as populações nacionais de países "dominados".

CONCLUSÃO

A atual influência estadunidense dentro das Ciências Sociais Latino-americanas vem sendo questionado com força nos últimos anos a partir de correntes teóricas – como os Estudos Pós-coloniais, Estudos Subalternos, Estudos Decoloniais – que reivindicam maior autonomia para este campo disciplinar. Esse movimento de afirmação de paradigmas próprios, que considerem as particularidades históricas e sociais das diversas nações dessa região, não anula a manutenção da vigilância com relação à influência teórica e metodológica estadunidense dentro das Ciências Sociais.

Essa influência deve ser analisada à luz da atuação de uma extensa rede de

atores transnacionais de caráter neoliberal, implicadas na difusão de recursos e de prestígio, que terminam por condicionar de forma explícita ou sutil a produção de conhecimento e gerar análise das dinâmicas sociais distorcidas.

Dentre os campos de maior interesse da atuação dessas redes neoliberais encontra-se os relacionados às questões étnico-raciais, seja por sua implicação estrutural nas dinâmicas sociais que apontam para hegemonia histórica de atores capitalistas na região, seja por ser potencial contra-hegemônico.

Buscamos nesse breve artigo trazer essa discussão e aplicá-la a um debate pontual travado entre alguns autores que se propuseram a escrever sobre a questão racial na região, de forma a exemplificar teorias que, a princípio, podem soar demasiadamente conspiratórias.

O estudo também propicia uma reflexão sobre os riscos que autores estrangeiros correm ao tentar concluir padrões fixos sobre as dinâmicas raciais da região. No nosso caso, podemos concluir que, se a crítica de Bourdieu e Wacquant trazem sobre o condicionando dos conhecimentos estadunidense sobre as dinâmicas sociais brasileiras e latino-americanas são extremamente válidas, a visão que esboçam sobre o quadro racial no Brasil, e as violências geradas a partir dele, encontram inúmeras distorções.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, S. **Conceptual Problems and Methodological Impasses in the Study of Contemporary Social Movements in Brazil and the Southern Cone**. Apresentado no XV Encontro de LASA, Miami Florida, 1989.
- BARBERO, J. M. Los bicentenarios latinoamericanos: nación y democracia. Nuestros malestares en lo nacional". In: NUN, José; GRIMSON, Alejandro. **Convivencia y buen gobierno. Nación y democracia em América Latina**. Buenos Aires: Edhasa, 1. ed. 2006.
- BORÓN, A. **Las ciencias sociales en la era neoliberal: entre la academia y el pensamiento crítico**. Conferencia Magistral, XXV Congreso ALAS, Porto Alegre, Brasil, 22 a 26 de agosto de 2005.
- BORDIEU, P. e Wacquant, L. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**. 1ª Revisão: 20.05.2002. 2. Revisão: 24.06.2002. Cliente: Beth Cobra – Produção: Textos & Formas, 2002.
- CALDERÓN, F. Os movimentos sociais frente a crise, In Sherer-Warren, Ilse; Krischke, Paulo J. (Org.) **"Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul"** (1987). Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.
- CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição), In **"A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas"**. Boron, A.; Amadeo, J.; Gonzalez, S.; Davis, K. e Moore, W. E. *American Sociological Review*, 2007, p. 242-249.
- COSTILLA, L. O novo na Sociologia latino-americana. **Dossiê Sociologia**. Porto Alegre, ano 7, n. 14, 2005, p. 244-273.
- DOMENECH, E. El Banco Mundial en el País de la Desigualdad: Políticas y discursos neoliberales sobre diversidad cultural y educación en América Latina, In Alejandro, Grimson (coord.) **"Cultura y neoliberalismo"**, Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 61-89.
- GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. Ed. Loyola, São Paulo, Brasil, 1997.
- HANCHARD, M. Política Transnacional Negra, Antiimperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loic Wacquant: Exemplos de Interpretação Equivocada. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**. 1. Revisão: 20.05.2002. 2. Revisão: 24.06.2002. Cliente: Beth Cobra – Produção: Textos & Formas. vol. 24, 2003, p. 63-96.
- IANNI, O. **Enigmas do Pensamento Latino-Americano**. São Paulo: IEA/US. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/artigos>, 2002.
- LACLAU, E. Novos Movimentos-Sociais e Estado na América Latina. Texto apresentado no workshop promovido pelo CEDLA (Centro de Documentação Latino-Americano) de Amsterdã, Holanda com o nome "Novos movimentos sociais e Estado na América Latina", out., 1983.
- LARANJEIRA, S. **Classes e Movimentos Sociais na América Latina: Questões para debate**, In Laranjeira, S. "Classes e Movimentos Sociais na América Latina". Ed. Hucitec, São Paulo, 1990;
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias**

- Sociales**. Jan/Abr. /Vol.10, n. 1. Universidad Central de Venezuela. Caracas, Venezuela, 2004, p. 75-97.
- MATO, D. Contribución de Experiencias de Vinculación Social de las Universidades al Mejoramiento de la Calidad Académica y Factores que Limitan su Desarrollo y Valoración Institucional. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, 2013, p. 151-180.
- MATO, D. Think Tanks, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo) liberales en América Latina, In Grimson, A. "**Cultura y Neoliberalismo**". CLACSO, Buenos Aires, 2007.
- SANTOS, B. de S. Los nuevos movimientos sociales. **Revista OSAL**, Septiembre 2001;
- STAVENHAGEN, R. **La cuestión étnica**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2001.
- RIBEIRO, D. La nación latinoamericana. Nueva Sociedad Nº 62 Sep./ Oct.30 Años de Nueva Sociedad. **Nueva Sociedad**. p. 180-181, Jul-Ago/Sep-Oct, 2002.
- SHERER-WARREN, I. O caráter dos Novos Movimentos Sociais, In Sherer-Warren, Ilse; Krischke, Paulo J. (Org.) "**Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**". Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.
- STRATTA, F. e BARRERA, M. Movimientos sin clase o clase sin movimiento? Notas sobre la recepción de la teoría de los Movimientos Sociales en la Argentina. **Revista Conflicto Social**, año 2, número 1, 2009.
- TELLES, E. As fundações estadunidenses e o debate racial no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**. 1. Revisão: 20.05.2002. 2. Revisão: 24.06.2002. Cliente: Beth Cobra
- Produção: Textos & Formas, vol.24, n.1, pp. 141-165. ISSN 0101-546X, 2002.
- TOURAIE, A. **Palavra e Sangue**: política e sociedade na América Latina. Campinas:Unicamp, 1989.
- VELHO, O. O que nos une. In **Anuário Antropológico** 2009/II, dez., 2010.
- ZIZEK, S.; JAMENSON, F.; GRUNER, E. **Estudios Culturales** – Reflexiones sobre el Multiculturalismo. Ed. Paidós, 2008.

Recebido em: 11/05/2016

Aceito em: 08/11/2016